

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

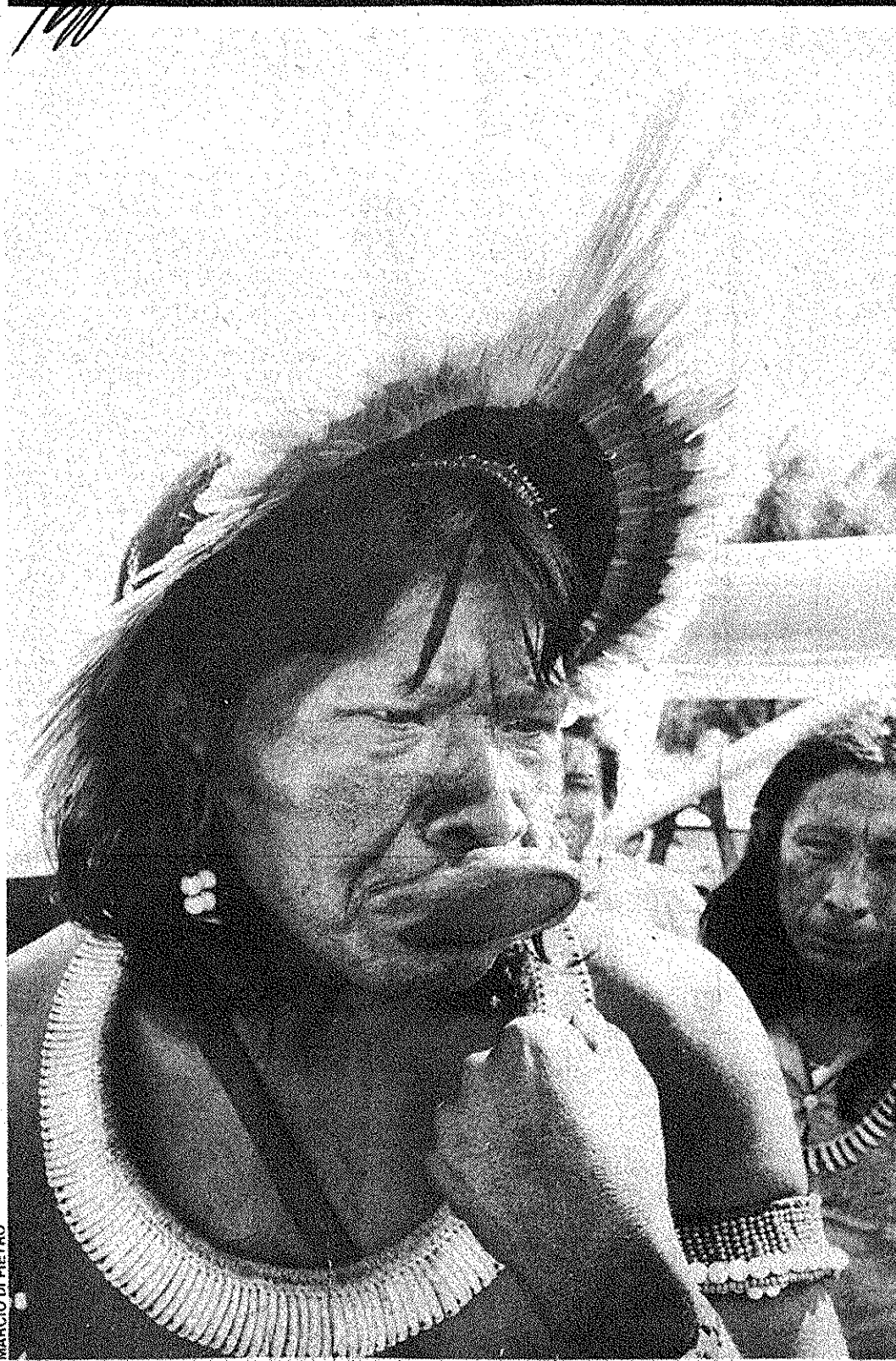
Fonte: *Jornal de Brasília*

Class.: 55

Data: 13.08.80

Pg.: _____

A REVOLTA NO XINGU



MARCIO DI PIETRO

A situação na área que faz limite com o Parque Nacional do Xingu, onde os txukarramãe mataram 11 peões na última sexta-feira, continua tensa. Enquanto os índios ameaçam matar todos os invasores das terras que eles reivindicam desde 1977, os donos das fazendas prometem armar-se e garantem que, diante de um novo ataque, «não sobrará nenhum índio vivo para contar a história».

Qualquer definição deverá ser dada somente amanhã, quando o coronel Nobre da Veiga, presidente da Funai, reunir-se com os fazendeiros no pequeno vilarejo de Bang-Bang. Hoje deverão prosseguir contatos com o cacique Raoni, (foto) com a participação do sertanista Cláudio Villas-Boas, especialmente convidado para as conversações com os txukarramãe. Muitos acreditam que a área acabe sendo liberada para que os fazendeiros dêem início à preparação da lavoura (Página 5)

Fazendeiros querem liberação de área do Xingu

Memélia Moreira,
Enviada Especial

Bang-Bang (MT) — Os fazendeiros Luis Carlos da Silva Lima, Hélio Russo, Moacir Prata Pereira e todos proprietários de terras limitando-se com o Parque Indígena do Xingu esperam a chegada do presidente da Funai para definir a situação de conflito na área. Luis Carlos, dono da fazenda São Luis, onde ocorreu a morte dos 11 peões, diz que "os índios ganham força com a tutela duvidosa" e exige a certidão negativa 0023/73 expedida pelo general Bandeira de Mello afirmando que nesta região não há índios.

Fazendeiros, peões e moradores da cidade de Bang-Bang, vilarejo de mil habitantes, estão assustados com o ataque e o empreiteiro responsável pelos peões mortos dia que "ninguém vai mais morrer de joelhos". Há um clima de total hostilidade contra os índios. Nenhum dos moradores, desde os peões até os fazendeiros, se conforma com as reivindicações feitas pelos txukarramãe, porque "eles não produzem". Para Moacir Prata Ferreira "índio é igual a cachorro. Eles todos são andarilhos, ladrões preguiçosos, assaltantes. Minhas galinhas têm melhores condições do que eles". Este fazendeiro é o único que aceita indenização. Os outros querem a terra.

E nesta pequena vila que o coronel Nobre da Veiga, presidente da Funai, deverá manter amanhã um contato com os fazendeiros que esperam sua definição. A definição, de acordo com a opinião de todos, é liberação da área para que os trabalhos de preparação da lavoura se iniciem.

Caso prevaleça a reivindicação dos fazendeiros, os índios não poderão alargar os limites do parque 15 quilômetros a partir da margem direita do rio Xingu. Caso a reivindicação dos índios seja vitoriosa, os fazendeiros esperam que haja novo decreto presidencial estabelecendo os limites do Parque do Xingu, alterados desde a inauguração da BR-080 (Brasília-Manaus) em 1971. A alteração estabelece a estrada como fronteira entre território indígena e fazendas.

ATAQUE

O ataque dos txukarramãe no dia oito de agosto já era previsto em Bang-Bang. Os índios, antes do ataque, vinham avisando que não queriam desmatamento naquela área. Jerônimo Alves dos Santos Lima, proprietário de terra e uma espécie de prefeito da vila, comunicara a Francisco Assis da Silva, diretor do Parque, os avisos dos índios que, para os moradores de Bang-Bang, significavam ameaças. Por sua vez, Assis da Silva afirma que, em relatório enviado à Funai antes de suas férias (em julho) já alertara para o perigo. Ou seja: o ataque poderia ter sido evitado, dizem os fazendeiros e o próprio diretor do parque.

Contrariando as informações de um dos sobreviventes e que se encontra hospitalizado em Brasília (Délcio Ribeiro Soares), os peões sabiam da existência de índios e da possibilidade de um ataque. Benedito Holland de Medeiros, empreiteiro que contratou os peões, deu-lhes alguns conselhos, entre os quais de que, se os índios chegassem pedindo para paralisarem os trabalhos, que os peões deixassem as ferramentas e voltassem — conta Terto José da Cruz,

um dos sobreviventes. Terto teve tempo de correr e contar a história das mortes. Diz ele que os índios usaram borduna e arco e flecha. Baiano de Camacã, Terto migrou há 10 anos de sua terra e vive trabalhando como peão em Mato Grosso, principalmente em Barra do Garça e Luciara.

Os peões duvidam de que o ataque tenha sido comandado por índios, mas Terto lembra de alguns nomes, entre eles o de Moikara e Krumari. Este último já atacou a Fazenda Agropexim em 1977, e é líder da aldeia do Jarina.

FAZENDEIROS

O coronel Kepler, enviado pela Funai para discutir com os fazendeiros, apenas ouviu as informações. A decisão deverá ser dada amanhã pelo coronel Nobre da Veiga, depois das negociações a serem mantidas hoje entre a Funai, o cacique Raoni, Megaron e o sertanista Cláudio Villas-Boas, especialmente convidado para discutir com os txukarramãe.

Esses fazendeiros querem que lhes seja reconhecido um crédito: de que não são marginais e foram convocados pelo Governo para investirem na Amazônia — segundo comentou Hélio Russo, paulista, engenheiro agrônomo e que comprou terras quando se começou a construir a estrada. "Não queremos invadir terra de índio, só que decidam logo este problema".

Um dos títulos de fazenda — do proprietário da fazenda onde ocorreu o ataque — data da época em que o Governo de Mato Grosso loteou as terras do Xingu, em 1954. Ele comprou os 2420 hectares de Walter Moreiram em 1973 e, embora toda este loteamento, feito na década de 50, tenha sido contestado posteriormente pelo Governo, Luis Carlos quer garantias.

O fazendeiro acredita que todos os ataques dos índios são fruto de insuflamento e, apesar de que nenhum missionário católico ou protestante tenha pisado o Parque do Xingu (Orlando Villas-Boas nunca aceitou missionários), Luis Carlos culpa a prelaia de São Félix do Araguaia por todos estes acontecimentos. "É culpa deste Dom Pedro Casaldáliga, o todo poderoso", diz ele, demonstrando muita raiva não apenas da Igreja como dos índios, que "são sustentados pelas riquezas que nós produzimos".

CONFLITO

O fato é que esta indefinição de limites territoriais ainda vai provocar muitos conflitos, afirma o antropólogo Olímpio Serra, que por três anos dirigiu o Parque do Xingu. Para ele, os txukarramãe só aceitam um tratado de paz quando a área que vai até a região do Capoto estiver completamente liberada das fazendas. "Caso contrário" — diz Olímpio — "haverá tréguas e depois eles voltam para o ataque".

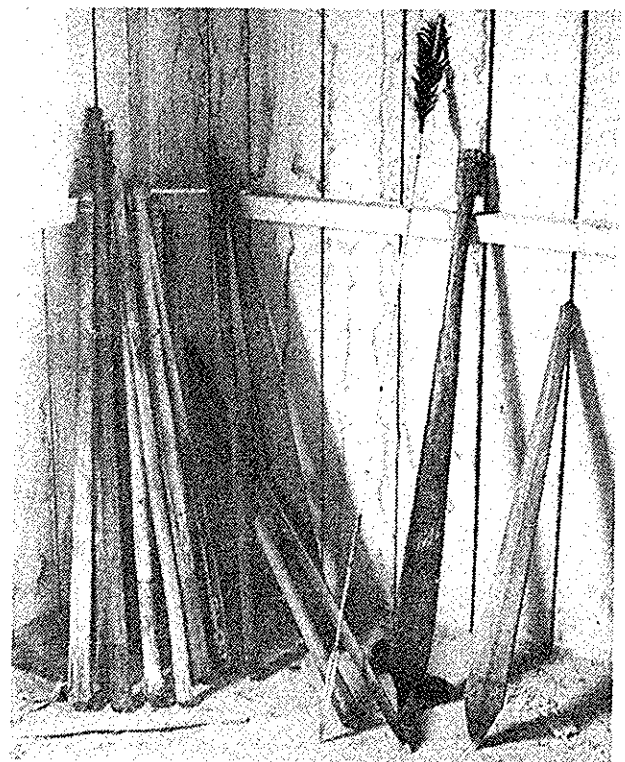
A situação de conflito permanente está armada, pois, de um lado, os txukarramãe (desta vez participou também um índio trumai) querem a terra onde há caça abundante e de outro os fazendeiros pretendem permanecer na área "produzindo riquezas para o país", enquanto os empreiteiros, diz Benedito, já fizeram uma jura: "Se houver outro ataque a ordem é uma só: não deixar sair nenhum índio vivo".

tinhamos eram facas de cozinha para cortar carne".

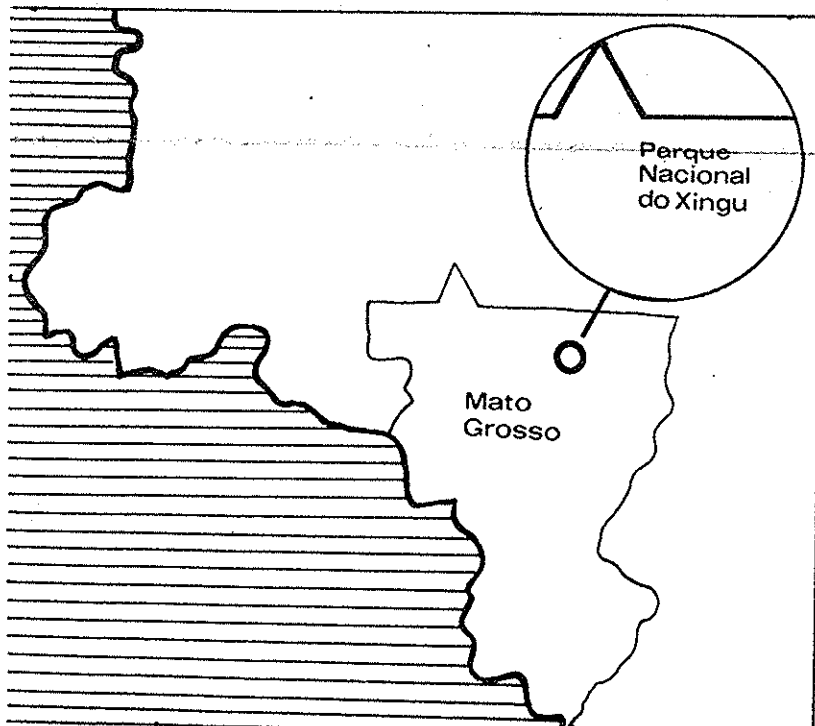
De acordo com Délcio, no momento em que conseguiu fugir, ainda lhe foi possível escutar os gritos de seus companheiros. Ele relatou ter sido "horível", principalmente porque, entre as vítimas, havia amigos de vários anos, a maioria pais de família e aventureiros. "Eu não podia fazer nada por eles e só pensei em sair dali o mais rápido possível".

Os peões estavam trabalhando no desmatamento de uma área às margens da BR-80, no Mato Grosso e, segundo o sobrevivente, cada um recebia Cr\$ 200,00 por dia, fora as despesas com alimentação. Ele disse ainda que chegou na região há cerca de três meses e que, antes de serem contratados para esse serviço, os peões já trabalhavam em fazendas das redondezas.

Délcio está internado no Hospital de Base de Brasília e, segundo os médicos que o assistem, passa bem e deverá receber alta até o final da semana. "Depois dessa não vejo a hora de sair daqui e voltar para minha terra, em Minas".



O vilarejo de Bang-Bang passa a viver dias de intensa movimentação, com fazendeiros, policiais e representantes da Funai discutindo como ficará a área de conflito onde os txukarramãe mataram 11 peões na última sexta-feira, com suas bordunas (foto de baixo, à direita). Os txukarramãe, que reivindicam a área desde 1977, aguardam uma definição da Funai para amanhã



Indigenistas dizem de quem é a culpa

A Sociedade Brasileira de Indigenismo divulgou ontem nota responsabilizando a Funai pelo massacre dos onze peões no Xingu, afirmando que o ataque foi motivado pela não garantia das terras indígenas e pelo fato de a Funai manter na direção do Parque do Xingu "pessoa não qualificada no trato da questão indígena".

"Lamentando que a Funai transfira a sua responsabilidade para o líder indígena Raoni — diz a nota — que por diversas vezes esteve em Brasília reclamando, inclusive, ao próprio coronel Nobre da Veiga, presidente da Funai, providências para garantia da terra de seu povo". A SBI denunciou ainda que a Funai firmou um estranho acordo com os Txucarramãe, no mês de abril, pelo qual os líderes indígenas Raoni e Megaron se comprometiam a aguardar, sem tomar iniciativas, e sem prazos definidos, até que a Funai resolvesse o problema das terras indígenas.

Os índios Xavantes da reserva de Pimentel Barbosa, no Mato Grosso, ganharam uma área de 28.650 hectares anteriormente excluída da reserva pelo Decreto 83.262, de março de 1979.

Em decreto assinado ontem, o presidente Figueiredo reconhece "a procedência da reivindicação dos silvícolas, considerando a área pretendida como de ocupação imemorial dos índios".

A área que será anexada à reserva vem sendo motivo de litígio entre fazendeiros e índios e, nos últimos anos, vários atritos ocorreram, inclusive ataques feitos pelos índios, que incendiaram casas e depósitos das fazendas implantadas na região.

Os xavantes estiveram várias vezes em Brasília este ano, liderados pelo cacique de Pimentel Barbosa, Uarobi, que exigia a reintegração da área.

Terror explode primeira banca em cidade gaúcha

Porto Alegre — Com a explosão da principal loja de jornais e revistas de Santa Rosa, a 536 quilômetros da capital gaúcha, aos 50 minutos de ontem, de propriedade do ex-vereador da extinta Arena, João Carlos Batista dos Santos, registrou-se o primeiro atentado terrorista a bancas de jornais no Rio Grande do Sul.

A loja "Edu Jornais e Revistas", localizada na Avenida Rio Branco, 383, no centro de Santa Rosa, sofreu o atentado terrorista depois de uma ameaça que seu proprietário recebeu, no dia 7 de agosto, do Comando de Caca aos Comunistas. O CCC, através de uma carta, postada em Cruz Alta (368 km da capital), ameaçou queimar sua banca, caso ele continuasse a vender os jornais Pasquim, Movimento, e Hora do Povo. A carta ainda dizia que era o "único e último aviso. Depois... Acão".

O incêndio começou aos 50 minutos de ontem e destruiu metade da loja, atingindo as vitrines da frente, onde eram vendidos bilhetes de loteria e cigarros.

Para Dallari, direita está fraca

Rio — O jurista Dalmo de Abreu Dallari considerou ontem, no Rio, "benefícios para o processo de abertura" os atentados terroristas que vêm se registrando em todo o país, especialmente contra bancas de jornal. Em sua opinião, "servem para mostrar que a direita está perdendo seu espaço político e são necessários, na medida em que revelam os focos de arbitrio e despertam a consciência do povo".

Sobre o atentado à creche israelita, disse tratar-se de "um fato isolado, promovido por um grupo sem organização e sem objetivos definidos". O jurista acredita ainda que "não seja apenas um grupo a promover estes atentados, mas vários, pois estas coisas viram moda".

"Os atentados — explica Dallari — podem ser tentativas de prejudicar a abertura, mas isto será impossível, porque este processo já não pertence ao governo. Pertence ao povo, engajado na luta por seu encaminhamento. Na verdade, são uma fase necessária dentro deste processo, por vários motivos, pois despertam a população para este mesmo processo de abertura e para os focos de resistência".

Ministro não vê onda terrorista

Salvador — Mesmo demonstrando dar pouca importância ao assunto e uma certa ironia ao comentá-lo, o ministro da Marinha, Maximiano da Fonseca, afirmou ontem, em Salvador, que os atentados a bancas de jornais são prejudiciais ao governo e por isso devem ser apurados e combatidos. Pessoalmente, no entanto, acha que há um certo exagero em se afirmar que está havendo uma nova onda terrorista no Brasil. "pois isso ocorreu mesmo foi em 1968". A demora nas investigações, como no caso Dalmo Dallari, para ele, fica por conta da lentidão da Justiça.

O ministro foi a Salvador inspecionar as unidades do 2º Distrito Naval, numa viagem de rotina. Ao ser indagado sobre os atentados terroristas disse: "Esta expressão é muito forte. Houve atentados mesmo? Morreu alguém? O que vejo são umas coisas de bancas de jornais. Mas mataram alguém?".

A cobertura do atentado contra uma banca de Brasília na Pág. 13

Sobrevivente relata o massacre

Délcio Ribeiro Soares, 34 anos, único sobrevivente do ataque aos 12 peões, na última sexta-feira, por um grupo de Txukarramãe do Posto Kretire, no Parque Indígena do Xingu, contou ontem como fez para fugir ao cerco dos indígenas. Segundo Délcio, depois de levar várias "bordunadas" e cair, os índios pensaram que ele já estivesse morto, do que ele se aproveitou para se esconder no mato.

Com o braço esquerdo quebrado e sentindo fortes dores no corpo, Délcio disse que conseguiu chegar ao vilarejo de São José do Xingu, depois de andar quase 12 horas no meio da selva. Lá, ele foi hospitalizado e posteriormente removido para Brasília por funcionários da Funai.

Solteiro, natural de Montes Claros, no norte de Minas Gerais, Délcio disse que, junto com os seus colegas, foi atacado por cerca de 30 índios. O homem, que os havia contratado, cujo nome recorda apenas ser Benedito, não os avisou dos perigos que estavam correndo, disse ele. E acrescentou: "Tanto que as únicas armas que

LEVE ESTE ANÚNCIO À LIVRARIA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Você vai ganhar 15% de desconto na compra de qualquer livro da nossa Editora. E se fizer, na hora, assinatura das revistas da FGV, ganha grátis o último exemplar editado das revistas que assinar.

título	n.º avulso	assinaturas	
		um ano	dois anos
Conjuntura Econômica	Cr\$ 100,00	Cr\$ 1.000,00	Cr\$ 1.600,00
O Correio da Unesco	Cr\$ 35,00	Cr\$ 350,00	Cr\$ 560,00
Revista Brasileira de Economia	Cr\$ 100,00	Cr\$ 270,00	Cr\$ 430,00
Revista de Direito Administrativo encadernada	Cr\$ 300,00	Cr\$ 940,00	Cr\$ 1.500,00
brochura	Cr\$ 230,00	Cr\$ 720,00	Cr\$ 1.150,00
Arquivos Brasileiros de Psicologia	Cr\$ 100,00	Cr\$ 270,00	Cr\$ 430,00
Revista de Ciência Política	Cr\$ 100,00	Cr\$ 250,00	Cr\$ 400,00
Revista de Administração de Empresas	Cr\$ 100,00	Cr\$ 270,00	Cr\$ 430,00
Forum Educacional	Cr\$ 100,00	Cr\$ 270,00	Cr\$ 430,00
Revista de Administração Pública	Cr\$ 100,00	Cr\$ 270,00	Cr\$ 430,00
Informativo	Cr\$ 25,00	Cr\$ 250,00	Cr\$ 400,00

LIVRARIA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS EM BRASÍLIA
C.L.S. 104, BLOCO A, LOJA 37.